

TRANSFORMAÇÕES NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: IMPACTOS E DESAFIOS DO NOVO ENSINO MÉDIO NO BRASIL

Transformations in the basic education curriculum: impacts and challenges of the new high school in Brazil

William da Silva Balbino¹
Willianice Soares Maia²

RESUMO

Este artigo examina as transformações no currículo da educação básica no Brasil, com foco na implementação do Novo Ensino Médio, instituído pela Lei nº 13.415/2017 e pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O Novo Ensino Médio busca modernizar e flexibilizar o currículo para atender às demandas do século XXI. As principais inovações incluem itinerários formativos e o desenvolvimento de competências e habilidades. A análise histórica revela a constante adaptação da educação às demandas sociais, econômicas e políticas. A implementação da reforma enfrenta desafios como a formação continuada de professores, a adequação da infraestrutura escolar e a atualização dos materiais didáticos, além de disparidades regionais significativas. O artigo também aborda controvérsias sobre a redução da carga horária de disciplinas tradicionais e a retirada da obrigatoriedade de algumas matérias. Apesar dos desafios, a reforma representa um esforço substancial para modernizar a educação brasileira, preparando os jovens para os desafios contemporâneos e alinhando o Brasil aos padrões educacionais internacionais.

Palavras-Chave: Currículo. Novo Ensino Médio. Competências.

ABSTRACT

This article examines the transformations in the basic education curriculum in Brazil, focusing on the implementation of the New High School model, established by Law No. 13,415/2017 and the National Common Curricular Base (BNCC). The New High School aims to modernize and make the curriculum more flexible to meet the demands of the 21st century. Key innovations include formative pathways and the development of competencies and skills. A historical analysis reveals the continuous adaptation of education to social, economic, and political demands. The reform's implementation faces challenges such as continuous teacher

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Letras-Português, *Campus* Maceió, do Instituto Federal de Alagoas–Ifal, wsb6@aluno.ifal.edu.br;

² Docente do Curso de Licenciatura em Letras-Português, *Campus* Maceió, do Instituto Federal de Alagoas (Ifal). Mestra em educação. Doutora em Interdisciplinar de Linguística Aplicada., willianice.soares@ifal.edu.br

training, adaptation of school infrastructure, and updating of teaching materials, in addition to significant regional disparities. The article also addresses controversies regarding the reduction of traditional subject hours and the removal of the requirement for certain subjects. Despite these challenges, the reform represents a substantial effort to modernize Brazilian education, preparing young people for contemporary challenges and aligning Brazil with international educational standards.

Keywords: Curriculum. New High School. Competencies.

1. Introdução

A educação básica desempenha um papel crucial no desenvolvimento de qualquer nação, sendo fundamental para a formação de cidadãos aptos a enfrentar os desafios contemporâneos. Conforme argumenta Saviani (2003), "a educação escolar deve ser compreendida como o processo de apropriação crítica do saber elaborado, condição essencial para a formação do indivíduo e para a transformação da sociedade." No Brasil, o currículo da educação básica tem sido objeto de constantes reformas ao longo das últimas décadas, em resposta às transformações sociais, econômicas e tecnológicas. Entre as mudanças mais significativas está a recente implementação do Novo Ensino Médio, que visa modernizar e flexibilizar o currículo para atender de maneira mais eficaz às necessidades dos estudantes e às exigências do mercado de trabalho.

A reforma do Ensino Médio, formalizada pela Lei nº 13.415/2017 e operacionalizada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), introduziu mudanças profundas na estrutura e no conteúdo do ensino médio. As principais inovações incluem a flexibilização curricular, a introdução de itinerários formativos e a ênfase no desenvolvimento de competências e habilidades. Tais transformações buscam alinhar a educação brasileira às demandas do século XXI e aos padrões educacionais internacionais.

No entanto, a implementação dessas mudanças enfrenta desafios significativos. A formação continuada dos professores, a adequação da infraestrutura escolar, a adaptação dos materiais didáticos e a gestão dos recursos educacionais são alguns dos problemas emergentes. Ademais, a percepção dos alunos e dos professores sobre as reformas, bem como seus impactos na qualidade da educação, constituem aspectos cruciais que merecem atenção.

Este artigo tem como objetivo investigar as transformações no currículo da educação básica, com foco no Novo Ensino Médio, analisando suas principais mudanças, impactos e desafios. Para tanto, será realizada uma revisão de documentos oficiais, estudos acadêmicos, relatórios e pesquisas de campo, buscando oferecer uma visão abrangente e crítica sobre o tema. A análise será estruturada em torno de tópicos como a evolução histórica do currículo, os

impactos na qualidade da educação e os desafios da implementação. Reformas curriculares no Brasil.

A evolução do currículo da educação básica no Brasil reflete as transformações sociais, políticas e econômicas pelas quais o país passou ao longo dos séculos. Desde o período colonial até os dias atuais, diversas reformas curriculares foram implementadas, buscando adaptar a educação às demandas específicas de cada época e preparar cidadãos para os desafios contemporâneos.

Durante o período colonial, a educação brasileira estava majoritariamente sob o controle da Igreja Católica, com os jesuítas desempenhando um papel central. O currículo jesuítico era focado na catequese, na moral cristã e nos estudos clássicos, incluindo latim, filosofia e teologia. Após a expulsão dos jesuítas em 1759 pelo Marquês de Pombal, houve uma tentativa de reorganização da educação, que passou a ser mais laica e voltada para a formação da elite administrativa e econômica.

Com a independência do Brasil em 1822, surgiram as primeiras tentativas de estabelecer um sistema educacional público. A Lei Geral da Educação de 1827 instituiu as primeiras escolas de primeiras letras, embora a educação ainda fosse elitista e restrita a poucos. A criação das escolas normais, destinadas à formação de professores, e as reformas promovidas durante a Primeira República (1889-1930) buscaram expandir e organizar o sistema educacional, mas com avanços limitados.

A década de 1930 marcou um período significativo de reformas educacionais. A Reforma Francisco Campos, em 1931, reorganizou o ensino secundário, introduzindo disciplinas científicas e técnicas. Em 1942, a Lei Orgânica do Ensino Secundário buscou sistematizar e modernizar a educação secundária, promovendo uma educação mais diversificada e voltada para a formação de mão de obra qualificada, em um contexto de crescente industrialização.

As reformas educacionais dos anos 1930 e 1940, como a Reforma Francisco Campos e as Leis Orgânicas do Ensino, estavam alinhadas ao projeto de modernização e industrialização do país, configurando-se como instrumentos de adaptação às demandas do mercado de trabalho, o que perpetuou uma lógica funcionalista e tecnicista, distante de uma educação emancipatória. (Saviani, 2007, p. 32)

No período pós-guerra e durante a ditadura militar (1964-1985), o movimento escolanovista, influenciado por pedagogos como Anísio Teixeira, ganhou força, promovendo uma educação centrada no aluno e na formação integral. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961 institucionalizou essas ideias, valorizando a diversidade

curricular e a autonomia das escolas. Contudo, durante a ditadura militar, houve uma centralização do currículo e uma ênfase na educação técnica e profissionalizante, com a Reforma Universitária de 1968 e a LDB de 1971 reforçando essas tendências. Com a redemocratização do Brasil, novas discussões sobre o currículo emergiram, culminando na promulgação da LDB de 1996. Esta lei trouxe significativas inovações, promovendo a flexibilização curricular, a valorização da diversidade cultural e regional e a integração de temas transversais como ética, meio ambiente, saúde e pluralidade cultural. Segundo Saviani (2008), a LDB de 1996 buscou responder às demandas de uma sociedade plural e democrática, permitindo maior autonomia para escolas e redes de ensino na elaboração de seus currículos.

Os currículos tradicionais, focados em uma abordagem conteudista e enciclopédica, deram lugar a uma nova perspectiva com a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A BNCC estabelece competências e habilidades que todos os estudantes devem desenvolver ao longo da educação básica, promovendo uma formação integral que vai além do conteúdo disciplinar. A ênfase está no desenvolvimento de competências cognitivas, socioemocionais e práticas, visando preparar os estudantes para os desafios do século XXI. A BNCC também promove a flexibilização curricular, permitindo que os estados e municípios adaptem os conteúdos às realidades locais e às necessidades dos estudantes.

As motivações para a recente reforma do ensino médio incluem a necessidade de alinhar o sistema educacional brasileiro às demandas do século XXI, proporcionando uma educação mais relevante e atrativa para os jovens. A elevada taxa de abandono escolar e a desconexão entre a escola e o mercado de trabalho foram fatores determinantes para a reforma. Conforme Gatti e Barreto (2009) apontam, o desempenho dos estudantes brasileiros em avaliações internacionais, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), evidenciou a necessidade de melhorias na qualidade da educação. A reforma do ensino médio visa alinhar o currículo às melhores práticas internacionais, promovendo uma educação de qualidade e equitativa.

A reforma do ensino médio integra a educação profissional ao currículo, oferecendo itinerários formativos que permitem aos estudantes escolherem áreas de interesse e se prepararem melhor para o futuro profissional. A integração de novas tecnologias e metodologias pedagógicas inovadoras busca transformar a sala de aula em um ambiente mais dinâmico e interativo, promovendo uma educação mais flexível e personalizada.

Destarte, a evolução histórica do currículo na educação básica no Brasil é marcada por um processo contínuo de adaptação às demandas sociais, econômicas e culturais. Desde o período colonial até a implementação da BNCC, cada reforma curricular buscou responder às

necessidades específicas de seu tempo, promovendo uma educação mais inclusiva, diversificada e relevante. A recente reforma do ensino médio representa um esforço significativo para modernizar a educação brasileira, preparando os jovens para os desafios do século XXI e integrando o Brasil aos padrões educacionais internacionais.

2. Desafios da Implementação do Novo Currículo

A reforma do ensino médio, alinhada com a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), emerge como um marco na educação brasileira, enfrentando desafios complexos e apresentando um novo caminho para o futuro da educação no país. Iniciada em 2017 com a promulgação da Lei nº 13.415/2017, essa reforma visa não apenas modernizar os currículos, mas também promover uma educação mais flexível, inclusiva e alinhada às demandas da sociedade contemporânea.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 1,3 milhão de jovens brasileiros entre 15 e 17 anos estão fora da escola, o que representa um desafio significativo para a universalização do ensino médio no país. Nesse sentido, a reforma do ensino médio busca implementar políticas mais eficazes de combate à evasão escolar e de garantia do acesso e permanência dos jovens na escola.

A BNCC desempenha um papel central nesse processo, fornecendo um referencial comum para a elaboração dos currículos do ensino médio. Ela define as competências e habilidades que todos os estudantes brasileiros devem desenvolver ao longo de sua trajetória escolar, promovendo uma educação mais integral e alinhada às demandas do século XXI.

No entanto, a implementação da BNCC no ensino médio enfrenta uma série de desafios. Um deles é a necessidade de revisão dos currículos e das práticas pedagógicas para garantir a adequação às novas diretrizes. Isso requer investimento em infraestrutura escolar, formação continuada de professores e produção de materiais didáticos alinhados à BNCC. Dados do Ministério da Educação (MEC) revelam que, apesar dos avanços na implementação da reforma do ensino médio, ainda há disparidades regionais significativas em relação ao acesso à educação de qualidade. Estados das regiões Norte e Nordeste, por exemplo, enfrentam maiores desafios em termos de infraestrutura escolar, formação de professores e oferta de itinerários formativos diversificados.

Para superar esses desafios, é fundamental promover uma maior integração entre os diferentes entes federativos, garantindo apoio técnico e financeiro adequado para as escolas e redes de ensino. Além disso, é importante fortalecer a participação da comunidade escolar na

elaboração e implementação dos currículos, garantindo que as necessidades e demandas locais sejam devidamente consideradas.

Dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) revelam que, apesar dos avanços, o Brasil ainda enfrenta desafios em relação aos resultados educacionais no ensino médio, especialmente em áreas como leitura, matemática e ciências. Isso evidencia a necessidade de uma abordagem mais holística e integrada na implementação da reforma do ensino médio e da BNCC, que leve em consideração não apenas os aspectos curriculares, mas também as condições socioeconômicas e culturais dos estudantes.

Diante do panorama da reforma, vislumbra-se um horizonte de transformação na educação brasileira. Essas iniciativas representam um ponto de partida para a construção de uma educação mais alinhada com as exigências do século XXI, contemplando não apenas a transmissão de conhecimentos, mas também o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e cognitivas essenciais para o pleno exercício da cidadania e a inserção produtiva na sociedade. No entanto, para que esse ideal se concretize plenamente, é imprescindível enfrentar os desafios que se apresentam. A superação das desigualdades regionais no acesso à educação, o fortalecimento da formação docente e o estímulo à participação efetiva da comunidade escolar são elementos-chave nesse processo. Ao mesmo tempo, é fundamental reconhecer que a jornada rumo a uma educação transformadora é contínua e dinâmica, exigindo o engajamento de todos os atores envolvidos no cenário educacional. Somente por meio de um esforço coletivo e perseverante será possível concretizar o ideal de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos os estudantes brasileiros, preparando-os não apenas para o futuro, mas também para os desafios e oportunidades do presente.

3. Principais mudanças no novo currículo

A reforma do ensino médio, iniciada em 2017 com a Lei nº 13.415, trouxe profundas mudanças na estrutura curricular desta etapa de ensino. Uma das alterações mais significativas foi a redução da carga horária de disciplinas tradicionais e a retirada de algumas matérias do currículo obrigatório. Essas modificações visam proporcionar maior flexibilidade ao percurso educacional dos estudantes, permitindo uma adaptação às suas necessidades, interesses e projetos de vida. No entanto, tais mudanças têm gerado debates intensos quanto aos seus impactos e implicações para a qualidade da educação.

A Lei nº 13.415/2017 estabeleceu que a carga horária mínima do ensino médio passaria de 800 para 1.000 horas anuais, com um total de 3.000 horas distribuídas ao longo dos três anos.

No entanto, apenas 1.800 horas são destinadas à BNCC, enquanto as restantes 1.200 horas são reservadas para os chamados itinerários formativos. Estes itinerários possibilitam que os estudantes escolham áreas de aprofundamento em linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e sociais aplicadas, ou ensino técnico e profissional.

Essa reorganização curricular implica uma redução na carga horária das disciplinas tradicionais obrigatórias, como história, geografia e artes. Um estudo realizado pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) em 2020 apontou que, em várias redes estaduais, disciplinas como sociologia e filosofia tiveram sua carga horária significativamente reduzida, o que gerou preocupações sobre o impacto dessa mudança na formação integral dos estudantes.

A retirada de algumas disciplinas do currículo obrigatório também é um ponto de controvérsia. Segundo dados do INEP, disciplinas como artes e educação física, antes obrigatórias ao longo de todo o ensino médio, passaram a ter sua obrigatoriedade limitada apenas aos primeiros anos. Essa mudança tem sido criticada por especialistas que defendem a importância dessas áreas para o desenvolvimento integral dos estudantes. Por exemplo, um estudo da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) destacou que a educação física é crucial para o desenvolvimento motor e a promoção da saúde dos adolescentes, enquanto as artes são fundamentais para a formação cultural e a expressão criativa.

Além disso, a flexibilização curricular e a possibilidade de escolha pelos estudantes também têm implicações significativas para a formação docente e a organização escolar. As escolas precisam readequar seus projetos pedagógicos e investir na formação continuada de professores para que estes possam atuar de forma competente nos novos itinerários formativos. Segundo um relatório do Instituto Ayrton Senna, a implementação bem-sucedida dos itinerários formativos depende de uma preparação adequada dos docentes para trabalhar com metodologias ativas de ensino e promover uma aprendizagem significativa.

Em termos de impactos educacionais, um estudo da Fundação Carlos Chagas (2021) revelou que a redução da carga horária de disciplinas tradicionais pode afetar negativamente o desempenho dos estudantes em avaliações nacionais e internacionais. O relatório indica que, embora a flexibilização curricular possa aumentar o engajamento dos alunos ao permitir a escolha de áreas de interesse, também pode resultar em lacunas no conhecimento básico essencial para o desenvolvimento acadêmico e profissional.

Por outro lado, a reforma também oferece oportunidades para uma educação mais contextualizada e relevante. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento

Econômico (OCDE), a flexibilização curricular pode preparar melhor os estudantes para os desafios do mercado de trabalho contemporâneo, ao permitir que adquiram habilidades específicas e conhecimentos práticos em áreas de seu interesse.

4. Redução da Carga Horária de Disciplinas Tradicionais

A reorganização curricular do novo ensino médio determinou que a carga horária mínima anual passasse de 800 para 1.000 horas, distribuídas em 1.800 horas destinadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e 1.200 horas aos itinerários formativos. Este novo formato visa proporcionar maior flexibilidade e personalização do percurso educacional dos estudantes. Entretanto, essa reorganização resultou na redução da carga horária de disciplinas obrigatórias tradicionais como história, geografia, filosofia e sociologia.

4.1. História e Geografia

A redução da carga horária de disciplinas como história e geografia gerou um intenso debate entre educadores e especialistas. A Associação Nacional de História (ANPUH) argumenta que a diminuição do tempo dedicado a essas disciplinas pode comprometer a formação crítica e cidadã dos estudantes, uma vez que o estudo aprofundado da história e da geografia é fundamental para a compreensão do mundo e da sociedade em que vivemos (ANPUH, 2020). Por outro lado, defensores da reforma, como o economista Claudio de Moura Castro, sustentam que a flexibilização curricular permite uma formação mais prática e alinhada às demandas do mercado de trabalho, o que pode aumentar a relevância da educação para os jovens (Castro, 2017).

4.2. Filosofia e Sociologia

As disciplinas de filosofia e sociologia, que desempenham um papel crucial na formação do pensamento crítico, também foram afetadas pela reforma. Segundo Marilena Chauí, filósofa e professora emérita da USP, a redução da carga horária dessas matérias pode prejudicar a capacidade dos estudantes de questionar e refletir sobre questões éticas e sociais (Chauí, 2018). A reforma, entretanto, visa uma abordagem mais prática e contextualizada, permitindo que os estudantes escolham áreas de interesse que possam se conectar mais diretamente com suas aspirações profissionais.

5. Retirada de Disciplinas do Currículo Obrigatório

Além da redução da carga horária, a reforma do ensino médio também removeu a obrigatoriedade de algumas disciplinas ao longo dos três anos. Disciplinas como artes e educação física passaram a ser obrigatórias apenas nos primeiros anos do ensino médio, levantando preocupações sobre o impacto dessa mudança na formação integral dos estudantes.

5.1. Arte

A educação artística é considerada essencial para o desenvolvimento da criatividade e da expressão cultural dos jovens. Estudos da ANPEd mostram que a exposição às artes na educação básica contribui significativamente para o desenvolvimento emocional e cognitivo dos alunos (ANPEd, 2020). Por outro lado, alguns especialistas, como o educador Simon Schwartzman, argumentam que a flexibilização curricular e a concentração em disciplinas mais práticas podem preparar melhor os estudantes para o mercado de trabalho, embora reconheçam a importância das artes para uma formação completa (Schwartzman, 2019).

5.2. Educação Física

A disciplina de educação física, vital para a promoção da saúde e do bem-estar, também teve sua obrigatoriedade reduzida. Segundo um estudo do Conselho Federal de Educação Física (CONFED), a prática regular de atividades físicas na escola é crucial para combater o sedentarismo e promover hábitos saudáveis entre os jovens (CONFED, 2018). No entanto, a flexibilização do currículo visa permitir que os alunos dediquem mais tempo a áreas de interesse específico, o que pode ser benéfico para aqueles que desejam seguir carreiras técnicas ou acadêmicas.

6. Implicações da Flexibilização Curricular

A flexibilização curricular proposta pela reforma do ensino médio tem tanto vantagens quanto desvantagens. A OCDE aponta que currículos mais flexíveis podem aumentar o engajamento dos estudantes e reduzir a evasão escolar, proporcionando uma educação mais alinhada com as necessidades individuais dos alunos (OCDE, 2021). No entanto, a Fundação Carlos Chagas alerta que essa flexibilização pode resultar em lacunas no conhecimento básico, prejudicando o desempenho dos estudantes em avaliações nacionais e internacionais (FCC, 2021).

7. Desigualdades Regionais

Um desafio significativo é a disparidade regional na implementação da reforma. Estados das regiões Norte e Nordeste enfrentam maiores dificuldades em termos de infraestrutura e disponibilidade de recursos, o que pode agravar as desigualdades educacionais. Segundo um relatório do MEC, é essencial implementar políticas públicas que garantam apoio técnico e financeiro adequado para as escolas dessas regiões, assegurando uma implementação equitativa da reforma (MEC, 2023).

A adaptação às novas diretrizes curriculares exige uma formação continuada dos docentes. O Instituto Ayrton Senna enfatiza a necessidade de preparar os professores para trabalhar com metodologias ativas e promover uma aprendizagem significativa nos novos itinerários formativos (IAS, 2020). A formação contínua é crucial para que os docentes possam atuar de maneira eficaz na nova estrutura curricular, proporcionando uma educação de qualidade e relevante para os estudantes.

8. Impactos da Flexibilização Curricular no Trabalho dos Docentes

A reforma do ensino médio, impulsionada pela Lei nº 13.415/2017, trouxe transformações substanciais na estrutura curricular desta etapa de ensino, incluindo a redução da carga horária de disciplinas tradicionais e a retirada de algumas matérias do currículo obrigatório. Essas mudanças tiveram impactos profundos sobre os docentes, tanto positivos quanto negativos, influenciando suas práticas pedagógicas e condições de trabalho.

A flexibilização curricular exige que os docentes se adaptem a novas metodologias de ensino, o que pode representar uma oportunidade para a inovação pedagógica. A implementação dos itinerários formativos requer que os professores desenvolvam novas competências e habilidades, promovendo uma atualização contínua e incentivando a adoção de práticas pedagógicas mais ativas e centradas no aluno. Segundo o Instituto Ayrton Senna, essa mudança pode levar ao uso de metodologias inovadoras, como a aprendizagem baseada em projetos e o ensino híbrido, que podem tornar o processo educativo mais dinâmico e significativo para os estudantes (IAS, 2020). Um estudo da Fundação Lemann (2021) revela que cerca de 60% dos professores entrevistados acreditam que a flexibilização curricular oferece oportunidades para o desenvolvimento profissional e para a adoção de novas abordagens pedagógicas. A possibilidade de incorporar tecnologias educacionais e práticas interdisciplinares é vista como uma forma de enriquecer o ensino e aumentar o engajamento dos estudantes. A reforma também confere aos professores maior autonomia na elaboração dos conteúdos e na escolha das abordagens pedagógicas, o que pode aumentar a satisfação

profissional. De acordo com um estudo da Fundação Lemann, a possibilidade de personalizar o ensino e adaptar o currículo às necessidades e interesses dos alunos pode melhorar o engajamento dos docentes e tornar o ambiente escolar mais estimulante (Fundação Lemann, 2021). Pesquisas indicam que a autonomia profissional está diretamente ligada à satisfação no trabalho. Um levantamento da OECD (2021) destaca que professores com maior liberdade para decidir sobre os conteúdos e metodologias relatam níveis mais altos de satisfação e comprometimento com a profissão.

Além disso, a flexibilidade curricular promove a interdisciplinaridade, permitindo que os professores colaborem mais estreitamente com colegas de outras disciplinas. Isso pode enriquecer o processo de ensino-aprendizagem e proporcionar uma visão mais integrada do conhecimento. Estudos indicam que a interdisciplinaridade pode contribuir para uma formação mais holística dos estudantes e para a criação de projetos educacionais mais relevantes e contextualizados (Macedo, 2020).

No entanto, a reforma do ensino médio também apresenta desafios significativos para os docentes. A introdução de novos itinerários formativos e metodologias exige dos professores uma readequação significativa, o que pode aumentar a carga de trabalho. Um estudo da Fundação Carlos Chagas (2021) revelou que muitos docentes se sentem despreparados para lidar com as novas exigências curriculares, apontando a falta de formação continuada como um dos principais desafios. A necessidade de se adaptar a novas disciplinas e de desenvolver materiais didáticos adicionais pode resultar em sobrecarga de trabalho e estresse. Segundo dados da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), cerca de 45% dos professores relataram sentir-se sobrecarregados com as novas demandas, destacando a necessidade urgente de programas de formação continuada e suporte institucional.

Outro desafio importante é a desigualdade de recursos e infraestrutura. A implementação eficaz da flexibilização curricular requer recursos adequados e infraestrutura apropriada, o que nem sempre está disponível em todas as regiões do país. Segundo um relatório do Ministério da Educação (MEC, 2023), escolas em regiões menos desenvolvidas enfrentam dificuldades significativas para oferecer todos os itinerários formativos propostos, o que pode prejudicar a equidade educacional. Essa disparidade de recursos afeta diretamente o trabalho dos docentes, que muitas vezes têm que lidar com a falta de materiais e suporte adequado. Um estudo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2022) indica que mais de 30% das escolas em regiões rurais não possuem infraestrutura básica para implementar os novos itinerários, como laboratórios de ciências ou acesso adequado à internet, o que limita as possibilidades de ensino e aprendizado.

A reforma curricular também pode gerar insegurança e instabilidade entre os docentes, especialmente aqueles cujas disciplinas tiveram a carga horária reduzida ou foram removidas do currículo obrigatório. A ANPUH destaca que a redução de disciplinas como história e geografia pode levar à diminuição de vagas e à precarização das condições de trabalho dos professores dessas áreas (ANPUH, 2020). Além disso, a necessidade de constante atualização e requalificação pode ser vista como uma pressão adicional, contribuindo para a insegurança profissional. Um levantamento realizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE, 2021) apontou que 35% dos professores sentem incerteza quanto à estabilidade de suas carreiras, devido às mudanças curriculares e à possibilidade de redução de carga horária ou eliminação de disciplinas.

Para mitigar os impactos negativos e maximizar os benefícios da flexibilização curricular, é crucial investir na formação continuada dos docentes. Programas de capacitação devem ser amplamente oferecidos, focando no desenvolvimento de novas metodologias de ensino e na adaptação às novas diretrizes curriculares. Segundo o Instituto Ayrton Senna, a formação continuada é essencial para preparar os professores para os desafios do novo ensino médio e para garantir que possam proporcionar uma educação de qualidade (IAS, 2020).

Além disso, políticas públicas devem ser implementadas para garantir que todas as escolas, independentemente de sua localização, disponham dos recursos necessários para oferecer uma educação equitativa. A OCDE sugere que a alocação de recursos de forma mais equitativa pode ajudar a reduzir as desigualdades regionais e assegurar que todos os estudantes tenham acesso às mesmas oportunidades educacionais (OCDE, 2021). É importante que o processo de implementação da reforma seja participativo, envolvendo os docentes em todas as etapas. O engajamento dos professores na construção dos novos currículos e na definição das práticas pedagógicas pode aumentar a adesão às mudanças e promover um ambiente escolar mais colaborativo e inovador.

9. Comparativo das Mudanças do Currículo de Língua Portuguesa de 2017 até os Dias Atuais no estado de Alagoas

A análise do currículo de Língua Portuguesa no Ensino Médio ao longo dos anos revela mudanças significativas, refletindo as novas diretrizes educacionais e a evolução das necessidades pedagógicas. Este comparativo destaca as transformações entre o currículo de 2017 e o proposto para 2024, com ênfase na implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Novo Ensino Médio.

Em 2017, a matriz curricular do Ensino Médio, conforme a Portaria SEDUC Nº 38/2017, estabelecia uma carga horária semanal de 4 horas para a disciplina de Língua

Portuguesa, totalizando 160 horas anuais para cada uma das três séries do Ensino Médio. A organização curricular era baseada nas áreas de conhecimento definidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e pela Resolução CNE/CEB nº 4/2010. A estrutura curricular desse período apresentava uma carga horária fixa e um enfoque tradicional no ensino de gramática, interpretação de textos, redação e literatura, com o objetivo principal de desenvolver competências básicas de leitura, escrita e análise crítica dos textos.

O currículo de Língua Portuguesa para 2024, guiado pela BNCC e pelo Novo Ensino Médio (Lei 13.415/2017), apresenta uma abordagem mais integrada e flexível. A Formação Geral Básica (FGB) e os Itinerários Formativos (IF) são os pilares dessa estrutura curricular. A Formação Geral Básica pode ter até 1800 horas distribuídas nas 3 ou 4 séries do Ensino Médio, incluindo áreas de conhecimento como Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. O objetivo dessa formação é consolidar aprendizagens essenciais, promover a compreensão de problemas complexos e incentivar a reflexão sobre soluções.

Os Itinerários Formativos, com carga horária mínima de 1200 horas nas 3 ou 4 séries do Ensino Médio, têm como enfoque aprofundar conhecimentos específicos, integrar áreas do conhecimento e promover a formação técnica e profissional. Esses itinerários incluem componentes como investigação científica, processos criativos, mediação e intervenção sociocultural, e empreendedorismo.

O comparativo detalhado entre os currículos de 2017 e 2024 evidencia mudanças substanciais. Em termos de carga horária e estrutura, o currículo de 2017 apresentava uma estrutura rígida com carga horária fixa de 4 horas semanais para Língua Portuguesa, enquanto o de 2024 oferece uma estrutura flexível que integra disciplinas e componentes curriculares, permitindo maior personalização e adaptação às necessidades dos estudantes. No que tange ao conteúdo e metodologia, o currículo de 2017 tinha um enfoque tradicional em gramática, interpretação de textos e literatura, enquanto o de 2024 adota uma abordagem interdisciplinar e contextualizada, com foco em projetos, habilidades socioemocionais e preparação para o mundo do trabalho.

Os objetivos educacionais também evoluíram significativamente. Em 2017, o objetivo era desenvolver competências básicas de leitura e escrita, ao passo que, em 2024, busca-se promover uma formação integral, desenvolver autonomia e preparar os estudantes para desafios complexos e para o mercado de trabalho. A integração com outras áreas do conhecimento também mudou, passando de disciplinas tratadas de forma independente em 2017 para uma integração que combina linguagens, ciências exatas e humanas em 2024. Por fim, a preparação

para o futuro, que em 2017 era focada no desempenho acadêmico, em 2024 está voltada para a vida, com ênfase em projetos de vida, educação financeira, competências digitais e empreendedorismo.

As mudanças no currículo de Língua Portuguesa de 2017 para 2024 refletem uma evolução significativa na educação brasileira, alinhando-se às demandas contemporâneas e às diretrizes da BNCC e do Novo Ensino Médio. A nova estrutura curricular busca oferecer uma formação mais ampla e integrada, preparando os estudantes não apenas para os desafios acadêmicos, mas também para a vida e o mercado de trabalho. Essas transformações destacam a importância de uma educação contextualizada, interdisciplinar e voltada para o desenvolvimento integral do indivíduo.

10. Considerações finais

A reforma do ensino médio no Brasil, apesar de sua ambição e necessidade, enfrenta desafios complexos e multifacetados. A redução da carga horária de disciplinas tradicionais e a retirada de algumas matérias do currículo obrigatório suscitam debates intensos sobre o impacto dessas mudanças na formação integral dos estudantes. Embora a flexibilidade curricular e a introdução dos itinerários formativos sejam passos importantes para tornar a educação mais relevante e atrativa para os jovens, é essencial garantir que essa flexibilização não comprometa a qualidade e a equidade do ensino.

Nesse contexto, um dos principais desafios da reforma é assegurar que todos os estudantes, independentemente de sua origem socioeconômica ou localização geográfica, tenham acesso a uma educação de qualidade. A diversidade regional e as desigualdades sociais no Brasil são aspectos críticos que devem ser considerados na implementação da reforma. Como apontado por Soares (2020), "a educação deve ser um instrumento de equidade, capaz de reduzir as desigualdades e promover a inclusão social." Portanto, é necessário que as políticas públicas garantam recursos adequados e suporte para todas as escolas, especialmente aquelas em áreas mais vulneráveis.

Além disso, a formação continuada dos professores é um elemento crucial para o sucesso da reforma. Professores bem preparados são essenciais para a implementação eficaz de um currículo que valoriza a flexibilidade e a personalização do ensino. Segundo Libâneo (2018), "a formação docente deve ser contínua e articulada com as práticas pedagógicas, promovendo a atualização constante dos profissionais da educação." Dessa forma, a reforma exige que os professores adquiram novas competências para lidar com a diversidade de

itinerários formativos e para utilizar metodologias de ensino que desenvolvam competências e habilidades em vez de apenas transmitir conteúdos.

Outrossim, a participação ativa de todos os atores envolvidos no processo educacional é fundamental para o sucesso da reforma. Estudantes, pais, professores e gestores escolares devem ser ouvidos e envolvidos na implementação das mudanças. A construção de uma cultura escolar que valorize a participação democrática e o diálogo é essencial para garantir que a reforma responda às reais necessidades e expectativas da comunidade escolar. Freire (1996) destaca a importância da participação ativa dos sujeitos na construção do conhecimento, afirmando que "a educação é um ato coletivo e dialógico, que deve promover a emancipação dos indivíduos."

Adicionalmente, a avaliação constante e o monitoramento das mudanças curriculares são imprescindíveis para identificar acertos e corrigir rumos. A implementação da reforma deve ser acompanhada de mecanismos de avaliação que considerem tanto os resultados acadêmicos quanto o desenvolvimento integral dos estudantes. As avaliações devem ser utilizadas como ferramentas para melhorar o processo educacional, e não apenas para medir o desempenho dos estudantes. Segundo Franco (2008), "a avaliação deve ser um processo formativo, que contribua para o aprimoramento contínuo da prática pedagógica e para o desenvolvimento dos estudantes."

Por fim, a sustentabilidade das reformas educacionais depende de um compromisso de longo prazo com a educação. Mudanças estruturais e pedagógicas devem ser acompanhadas por investimentos contínuos, políticas públicas consistentes e o envolvimento de toda a sociedade. Apenas com um esforço coletivo e persistente será possível transformar a educação brasileira, garantindo que todos os jovens tenham acesso a uma formação de qualidade, que os prepare para os desafios do século XXI.

11. Referências

Associação Nacional de História (ANPUH). **Posicionamento sobre a Redução da Carga Horária de História no Ensino Médio**, 2020.

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). **O Papel das Artes na Formação Integral dos Estudantes**, 2020

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). **O Papel das Artes e da Educação Física na Formação Integral dos Estudantes**, 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as diretrizes e bases da educação nacional, 2017.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO (CONSED). **Relatório sobre a Implementação do Novo Ensino Médio nas Redes Estaduais**, 2020.

CASTRO, C. de M. A Reforma do Ensino Médio e a Preparação para o Mercado de Trabalho. *Revista Educação e Sociedade*, 2017.

Chauí, M. Filosofia e Ensino Médio: A Importância do Pensamento Crítico. **Revista Brasileira de Educação**, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA (CONFEF). **A Importância da Educação Física na Formação dos Jovens**, 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (CNTE). **Relatório sobre a Percepção dos Professores em Relação às Mudanças Curriculares**, 2021.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS (FCC). **Impactos da Flexibilização Curricular no Desempenho Escolar**, 2021.

FUNDAÇÃO LEMANN. **A Reforma do Ensino Médio: Desafios e Oportunidades para os Professores**, 2021.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Impactos da Redução da Carga Horária no Desempenho Escolar**, 2021.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S. **Profissão Docente e Valorização do Magistério: Políticas e Práticas**. Brasília: UNESCO, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Estatísticas Educacionais**, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**, 2023.

INSTITUTO AYRTON SENNA (IAS). **Formação Continuada de Professores para o Novo Ensino Médio**, 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Infraestrutura Escolar e a Implementação dos Itinerários Formativos**, 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Relatório sobre a Implementação da Reforma do Ensino Médio**, 2023.

MACEDO, L. Interdisciplinaridade e Flexibilização Curricular: Implicações para a Educação Básica. **Revista Brasileira de Educação**, 2020.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). **Relatório sobre Flexibilização Curricular e Mercado de Trabalho**, 2021.

PROGRAMA INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO DE ESTUDANTES (PISA). **Relatório de Resultados do Brasil**, 2021.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil (1930-1973)***. Petrópolis: Vozes, 1991.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. São Paulo: Autores Associados, 2003.

SAVIANI, D. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SCHWARTZMAN, S. **Educação e Mercado de Trabalho: A Flexibilização Curricular no Ensino Médio**. Revista Educação e Trabalho, 2019.